



PRAÇA DA GRAÇA EM PARNAÍBA (1964-1985): PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

AFONSO, Alcília

Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPHGB/UFPI
kakiafonso@hotmail.com

MEIRELES, Ísis

Estudante do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI
isismeireles@ufpi.edu.br

93

RESUMO

O presente artigo aborda as transformações urbanas ocorridas no cenário da Praça da Graça e seu entorno imediato. Constitui-se como um lugar de memória, ponto relevante na construção de espaços sustentáveis que podem ser alcançados através da reutilização e revitalização do patrimônio histórico existente.

Palavras-chave: Praça da Graça. Patrimônio. Memória

ABSTRACT

This article discusses the changes occurring in the urban scenario of Grace Square and its immediate surroundings. It serves as a place of memory, relevant point in building sustainable spaces that can be achieved through reuse and revitalization of existing heritage.

Key-words: Praça da Graça. Heritage. Memory

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado Praça da Graça em Parnaíba (1964-1985): Patrimônio e memória trata da dimensão material e imaterial na preservação da memória e na sustentabilidade no cenário da Praça da Graça, localizada na região litorânea do Estado do Piauí, centro histórico do município de Parnaíba, no período citado.

Possui como objeto de estudo o espaço delimitado pela Praça de Nossa Senhora das Graças, ou Praça da Graça, seus equipamentos e configuração urbana durante o período de sua formação, que se consolidou como lugar de memória na sociedade parnaibana.



Na figura 01 apresenta-se o mapa do logradouro, juntamente com a posição das ruas que a cercam em relação ao norte geográfico e cujos perfis defronte à praça serão alvo de análise desse trabalho.



Figura 01 – Localização da Praça da Graça
Fonte: Google Maps 2013, com modificações da autora.

Estabeleceu-se como recorte cronológico para o eixo temporal, o período ditadura militar no Brasil, época em que ocorreram substanciais transformações físicas, políticas e sociais. A cronologia escolhida possibilitou vislumbrar o passado e o tempo presente, historicizando as múltiplas alterações no sítio em estudo até o fim do recorte temporal. A praça apresenta dois momentos distintos de configuração urbana.

O primeiro momento corresponde à morfologia do traçado e seu entorno, consolidada nas décadas de 40-50 e que perdurou até o início dos anos 80. Ao final do recorte cronológico, acontece um remodelamento, segundo momento de traçado e forma espacial, que modificou o desenho da Praça da Graça completamente, refletindo no logradouro e em seu entorno as mudanças sociais e urbanas do período. Essa última forma se encontra com poucas alterações e permanece até a contemporaneidade.

Praça para Caldeira (2007) pode ser compreendida como espaço de confluência, de caráter simbólico e de ordenamento urbano do município. É um objeto formal enquanto desenho e traçado, funcional associado ao uso e alterações na função do logradouro e simbólico pelo vínculo com a memória coletiva dos habitantes do local. Constitui-se, portanto, de um



logradouro onde se refletiam os hábitos e costumes vivenciados pela população parnaibana no período abordado.

Essa pesquisa nasceu da inquietação, enquanto cidadã parnaibana, de compreender e conhecer melhor as alterações de um cenário constantemente rememorado e narrado por seus conterrâneos. Buscou-se, dessa forma, compreender as relações entre o desenvolvimento formal, funcional, e simbólico da Praça da Graça no período estudado.

O conjunto escolhido integra a Paisagem Urbana Histórica de uma cidade de potencial turístico e econômico para o Piauí e vizinhança, sendo parte integrante do Conjunto Histórico Praça da Graça, tombando pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no ano de 2008. Entende-se por Paisagem Urbana Histórica a definição utilizada pela UNESCO no preâmbulo de “Recomendações sobre a paisagem histórica urbana” que a considera resultado da sobreposição de valores e atributos culturais e naturais de um local, estendendo o contexto urbano para além de seu centro histórico.

A pesquisa possibilita também, dar maior visibilidade à Praça de Nossa Senhora das Graças e as edificações históricas do seu entorno, inserindo-as no cenário das discussões sobre as relações entre poder, arquitetura, urbanismo e sociedade, numa perspectiva histórica e arquitetônica.

Para Sandra Pesavento (1999) intervenções que transfiguram o traçado urbano e a arquitetura da cidade possuem uma conotação e um sentido, não se limitando apenas a modificações formais, mas intencionando atingir “sociabilidades e valores do povo.” Portanto, se faz necessário, para esclarecer as questões expostas acima, investigar as relações políticas e as transformações econômicas cujos sinais encontram-se nas modificações espaciais e formais da paisagem estudada.

A metodologia utilizada trabalhou com dois métodos: O da pesquisa histórica e a pesquisa arquitetônica e urbanística. A pesquisa histórica, concordando com o pensamento de Benévolo (1984) possui natureza funcional sendo essencial para o entendimento de um objeto analisado: “O esclarecimento do processo que levou à situação atual constitui na verdade uma premissa indispensável para abordar essa situação de maneira realista” (BENEVOLO, 1984).

O método da pesquisa arquitetônica e urbanística utilizado foi apresentado por Serra (2006) em seu livro Pesquisa em Arquitetura e urbanismo / Guia prático para o trabalho de



pesquisadores em pós-graduação e fundamenta a análise de componentes arquitetônicos e urbanos em sistemas e processos. Sistemas no que se refere à delimitação do objeto e de seus componentes e processos relacionando com as sucessões dos diferentes estados do sistema. Nessa pesquisa considera-se a Praça da Graça como sistema e buscar-se-á compreender os processos pelos quais ela passou.

Recorreu-se às edições do Almanaque de Parnaíba, registro dos hábitos, acontecimentos e história da sociedade parnaibana. Utilizaram-se também os dossiês de tombamento sobre o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, realizados pela 19ª SR PI (2008), seção regional do IPHAN no Piauí, cujo contato permitiu um aprofundamento maior no referente ao Conjunto Histórico da Praça da Graça e de seu entorno, bem como sobre a história e historiografia da cidade de Parnaíba.

O conceito de lugar utilizado nesse trabalho é, segundo Roberto Ghione (2013) algo espacialmente delimitado, fixo e baseado “em variáveis de permanência como a geografia, o clima e determinadas práticas e comportamentos sociais”. É também Lugar, enquanto espaço, constituinte de um cenário de sociabilidades, pois, segundo Maurice Halbwachs (1990) uma sociedade só se desenvolve em um enquadramento espacial. Não há como pensar um acontecimento sem referência a uma localização. Assim, o lugar faz parte da existência constituída de coisas (cor, textura, forma, material). Logo o lugar é um fenômeno qualitativo espacial (SHULZ, 2006). Lugar refere-se, então, à inserção da Praça na cidade. A arquitetura e o Urbanismo em sua dimensão formal “materializam” (GHIONE, 2013) e transformam os valores temporais e culturais, que surgem com a apropriação social do lugar, em determinada temporalidade.

A Praça da Graça deu início à vida urbana de Parnaíba. Espaços públicos são ricos em valores simbólicos e registram fatos urbanos que constituem a cidade como um todo, constituindo a memória coletiva de uma sociedade.

Logo, a Praça é considerada lugar de memória, segundo Pierre Nora (1993) por possuir as três dimensões que definem esses espaços: simbólica, funcional e material. Além de permitirem a diversificação de usos, sua finalidade primordial é o convívio de seus habitantes por meio do contato visual e interpessoal (SENNETT, 1998).



A arquitetura e a paisagem também integram a memória por sediarem os acontecimentos e assim essa memória coletiva se espelha na transformação do espaço realizado pela coletividade. “A cidade é por si mesma depositária de história” (ROSSI, 1998).

O potencial turístico inato a centros históricos deve ser desenvolvido de maneira sustentável incorporando a população local e, a partir do estudo do passado, se obtêm subsídios para intervenções eficazes, sustentáveis e historicamente fundamentadas.

O presente trabalho visa contribuir para a história urbana estimulando novas pesquisas no âmbito da paisagem urbana histórica, de conjuntos históricos piauienses, através do estudo das transformações arquitetônicas ocorridas no logradouro da Praça da Graça, em Parnaíba, e de seu entorno, da análise das mesmas e do contexto em que ocorreram, construindo uma narrativa historiográfica acerca do objeto de estudo no recorte temporal proposto.

Qualificar a Praça enquanto equipamento urbano implica qualificá-la através dos condicionantes históricos, arquitetônicos e sociais, relacionando o patrimônio edificado à consolidação da identidade de uma sociedade.

GÊNESE DA PRAÇA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Sobre a gênese parnaibana, Araújo (2002:103) afirma que a Praça da Graça “Nascia nos idos de 1761” a partir de um cruzeiro primitivo locado inicialmente “no espaço coberto de mata”. Caldeira (2007) considera, a partir da observação cartográfica da Vila de São João da Parnaíba o logradouro estudado como uma praça formal, criada a partir de um traçado quadriculado e racional, onde é possível perceber praças de usos diferenciados e específicos, a exemplo da colocação do pelourinho num quadrante após o largo da matriz.

Ao longo dos anos o espaço estudado possuiu várias denominações. A primeira foi Lagoa da Onça, nos tempos de feitoria do Porto das barcas, ao final do séc. XIX. Em seguida, na década de 1920 chamou-se Largo da matriz. Nos anos 30 intitulou Largo Municipal, posteriormente, Praça Municipal. Em meados de 1937 era Jardim de Landri Sales e por fim, Praça de Nossa Senhora das Graças, a Praça da Graça em homenagem a padroeira da cidade (SILVA, 1987).



É atribuída a Nestor Gomes Veras (1917-1920), durante seu governo como Intendente Municipal, a criação da Praça em análise. Porém, já no governo do Intendente Coronel Constantino Correia (1913-1914) existiram iniciativas de organização urbana (MELO, 2011). Dez anos após o governo de Nestor Veras, Ademar Gonçalves Neves, comerciante e professor de Inglês, era nomeado Prefeito Municipal da cidade, no ano de 1931, governando até 1934 (FREITAS, 1984). Ademar foi o responsável pelo ajardinamento das praças, calçamentos e limpeza pública. Em sua gestão, construiu o "Jardim Municipal" ou "Jardim do Rosário" (SILVA, 1987), que compunham o espaço da atual Praça da Graça.

Na década de 30 a Planta arquitetônica com o desenho do traçado e sua construção ficaram a cargo do engenheiro João Aragão (SILVA, 1987) que produziu uma morfologia de formas geométricas de percurso, favorecendo a criação de áreas recobertas de grama, com a disposição ordenada de árvores de médio porte, principalmente palmeiras, livres de obstáculos visuais. O paisagismo era constituído predominantemente de plantas rasteiras. A ausência de sombreamento com árvores de grande porte garantia maior visibilidade ao desenho e às construções do entorno, revelando um vazio no centro urbano, tornando a praça, em confronto com a massa edificada dos outros quarteirões, de proporções monumentais.

Na figura 02 o monumento de Independência se faz presente na imagem como ponto de interseção de múltiplos passeios, atuando como ponto focal da Praça, símbolo vertical de convergência.

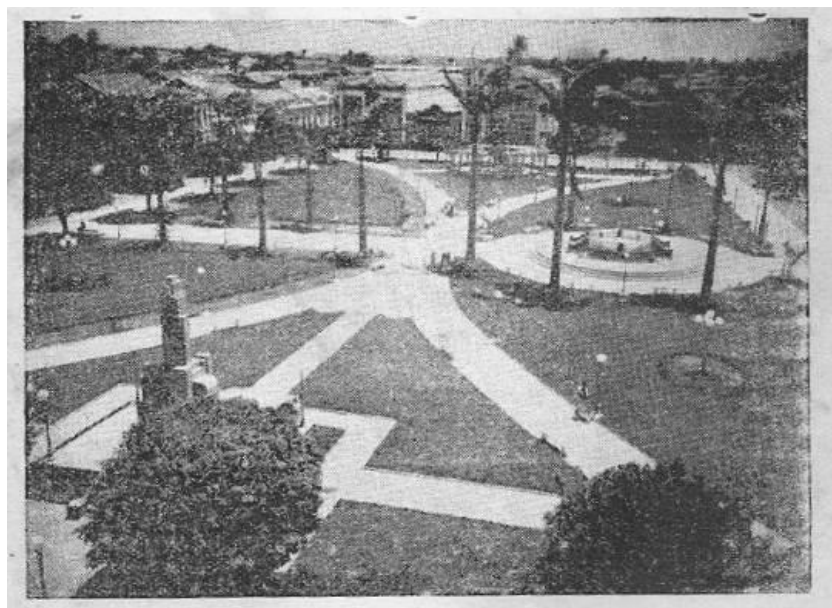


Figura 02 - Jardim Landri Sales em 1938



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1938, p. 245.

As décadas de 1940 e 1960 são constantemente lembradas por diversos escritores que entre outros elogios afirmam que:

O jardim de Landri Sales e o Rosário, cujas flores multicores, com odores inebriantes espargindo-se no ar, alegravam a vida dos transeuntes. Dado a sua beleza juvenil foi considerada uma das mais belas praças do nordeste e sala de visitas de nossa Parnaíba. Alguém deve lembrar a viçosa e bela mangueira da praça. Confidente de tantas juras de amor, feitas a sua sombra nas tardes claras e ventiladas do verão, perpetuando sonhos. (ARAÚJO, 2002, p. 67)

São desse período as lembranças das retretas com a banda municipal, novenários da padroeira, curso carnavalesco, concentrações cívicas, comícios políticos, desfiles de estudantes, passeatas. No início da década de 60 a praça passou por mais uma reforma, promovida pela prefeitura em parceria com a Associação Comercial de Parnaíba. O traçado sofreu novas reestruturações e um relógio no alto de uma coluna.

PRAÇA DA GRAÇA: ANÁLISE DE PROJETO (1º MOMENTO)

Igualmente como o texto constitui uma linguagem com mensagens e significados, as fontes visuais podem ser consideradas itens constituintes de um discurso expresso em um código diferente da narrativa escrita.

Foram feitas simulações da planta da antiga da Praça e seus dois jardins, baseadas na observação de fotografias presentes no acervo iconográfico estudado, que serão analisadas histórica e arquitetonicamente a partir desse momento. Foi realizada uma reconstituição bidimensional desse momento histórico urbano, com o traçado inicial dos dois logradouros, separados por uma importante via atualmente extinta, a Rua da Glória.

Criado ainda nos anos 20, foi incorporado a extensas áreas verdes gramadas e caminhos semicirculares entrecruzados, componentes do projeto. Possuía amplos passeios laterais e a intersecção dos semicírculos que formam uma figura semelhante a um triângulo, onde, em sua centralidade, se destacam diferentes locais de contemplação e sociabilidade, a pérgula de ferro e o monumento da Independência. Fora da centralidade do retângulo espacial encontra-se locado o coreto, defronte à Igreja Matriz.

Os elementos de ferro tais como a pérgula, o coreto e os postes de iluminação foram inseridos no território da Praça durante o período de prosperidade econômica que permitiu a



inserção da cultura urbanística e paisagística praticada centros europeus. A então denominada arquitetura metalúrgica ou estilo Art Nouveau, foi implantada na cidade em diversas formas construtivas e decorativas, sendo a origem principal a Inglaterra, até pela presença e influência de famílias inglesas em Parnaíba como era o caso dos Clark e da empresa Marc Jacob.

A figura 03 apresenta a reconstituição do traçado de maneira bidimensional.

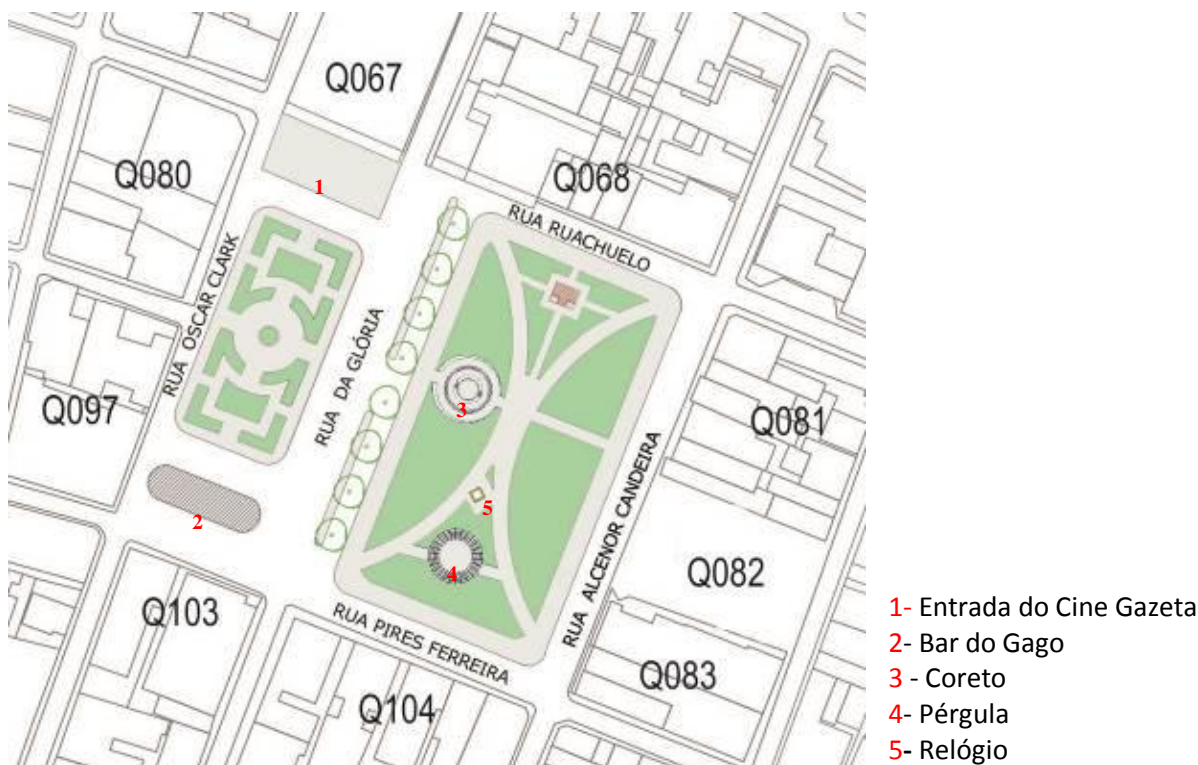


Figura 03– Segunda configuração do Jardim do Rosário e Largo da Matriz
Fonte: MEIRELES, 2013

No Largo do Rosário, observa-se em seu espaço central considera-se o traçado geométrico de múltiplos caminhos, semelhantes a um labirinto, que transformam a travessia em local de encontro. Seu traçado era marcadamente geométrico, formal, racional e clássico que insere a estética urbana como “símbolo de uma ordem social e governamental”. Em contraste com os quarteirões edificados de influência colonial, a geometria plana das Praças facilitava a aglomeração de multidões e dava visibilidade a quaisquer manifestações, uma vez que muitos edifícios institucionais e socialmente relevantes encontravam-se ao redor desse vazio urbano (CALDEIRA, 2007).

Os desenhos apresentados, salvo as diferenças temporais e estéticas, denotam e referenciam a praça do conhecido como “período de progresso econômico e intensas trocas



comerciais”. Lepetit (2001: 148) em seu texto sobre lugares urbanos e memória coletiva afirma que “Já que todas as condutas do grupo são cristalizadas por hábitos, elas registram configurações espaciais passadas”. Assim, o sítio apresentado configuraria o espaço das relações sociais da primeira metade do séc. XX, rompida ao final dos anos 70, onde se materializaram as mudanças da sociedade parnaibana no período.

A NOVA PRAÇA DA GRAÇA (2º MOMENTO)

O modernismo possuía em sua essência a ideologia de se diferenciar de antigas tradições, especialmente com o movimento anterior de historicismo, buscando inovar nas construções e no comportamento social.(CAVALCANTI, 1999:180) Foi escolhido como estilo nacional, entre outros fatores, por encontrar-se em sintonia com o que acontecia no cenário internacional, o desenvolvimento de novos sistemas estruturais e indo de encontro com a necessidade formal de “um Estado que se queria novo” (CAVALCANTI, 1999:182) como ocorria no período, sobretudo no governo de Getúlio Vargas.

No período estudado, muitas edificações que compunham o entorno imediato da Praça da Graça foram derrubadas para dar espaço às novas construções modernas, à exemplo da tipologia institucional adotada, de características pré-estabelecidas e materiais mais avançados. Isso porque para os expoentes do modernismo internacional, Gropius e Le Corbusier “a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior” (CAVALCANTI, 1999:180).

As rupturas mais intensas na paisagem urbana estudada ocorreriam a partir do governo de João Batista Ferreira da Silva. Recebeu a cidade com os logradouros públicos bastante deteriorados. A Praça que anteriormente já havia sido uma das mais belas encontrava-se em situação precária de uso ou de proporcionar lazer à população. Era iminente e necessária uma grande reforma. Partindo dessa necessidade e sem recursos para ser executada pela administração municipal, o prefeito firmou um convênio no valor de seis milhões de cruzeiros em 1979 destinados à reconstrução da praça com o Governo do Estado (SANTANA, 1982). Essa reforma constitui-se em um dos principais acontecimentos municipais no período e será analisada mais profundamente no item a seguir.



Baseada nas concepções modernas de desvinculação com o passado para realização do novo projetou-se uma praça completamente distinta da anterior, palco das memórias coletivas por sediar importantes acontecimentos históricos. Isso alterou significativamente a relação de identidade dos usuários com o local. O projeto aprovado pela Secretaria de Obras foi encomendado junto ao tradicional escritório Borsoi, em Recife. Com as obras já iniciadas pela construtora Engene, notou-se que a nova praça não atendia as exigências em contrato, mas, segundo Silva (1978) o real motivo para a total demolição foi a leitura errônea do projeto. Uma vez descoberto o erro, se fez necessário o desmanche do serviço acarretando a destruição.

Em seguida, deu-se a paralisação das obras por falta de recursos. No dia 30 de agosto de 1979 aconteceu um incêndio criminoso provocado por estudantes e populares, com apoio de adversários políticos do prefeito. Os tapumes que cercavam a obra da praça foram incendiados em afronta à paralisação dos serviços. (SANTANA, 1982)

A praça original dividida em duas partes e que possuía enorme apego sentimental pela população daria lugar a um projeto do Design Gerson Castelo Branco, completamente distinto inserido no contexto de modernização.

A nova proposta urbana priorizou a concepção moderna de praça como espaço livre, de circulação e área verde (CALDEIRA, 2007). Os dois jardins deram lugar a um lago artificial iluminado com duas plantações de pau Brasil. O autor do projeto utilizou-se de elementos típicos da concepção modernista, como as placas de concreto utilizadas na passarela sobre espelhos d'água e fontes. Após essa transformação, a praça permaneceu inalterada até o ano de seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN no ano de 2008.

A figura 04 contém a planta baixa do projeto. Em vermelho encontra-se identificado o monumento da independência e em cinza escuro, mais abaixo na imagem foi construído um quiosque.

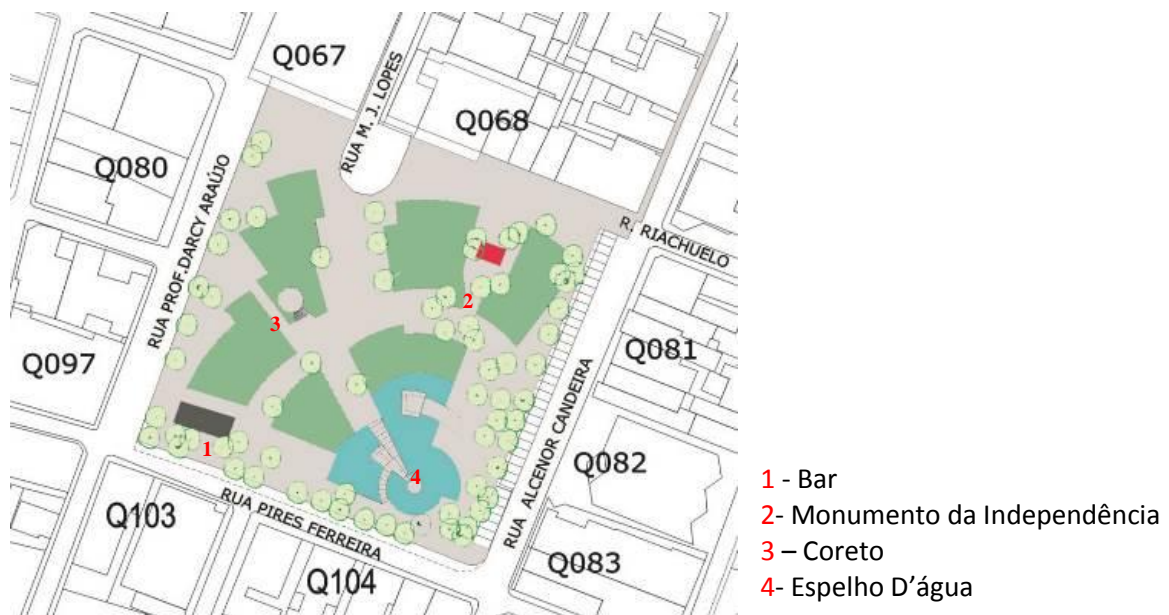


Figura 04. Nova Praça da Graça – Planta Baixa
Fonte: MEIRELES, 2013

DISCUSSÃO: O NOVO, O ANTIGO NA PRAÇA DA GRAÇA

Faz-se necessário apreender as transformações através do estudo das modificações identificadas para compreender de que maneira se formulou a paisagem urbana do objeto de estudo, paisagem esta a ser conservada para as próximas gerações através do instrumento de Tombamento na esfera do poder público federal.

No primeiro momento de formação do Logradouro Praça da Graça a atividade comercial da cidade encontrava-se em ascensão, logo no início do séc. XX, devido às trocas comerciais e exportação de produtos e matérias primas. Essa intensa movimentação financeira na cidade interferiu no processo de urbanização da praça, enquanto equipamento público, através da implantação de elementos símbolos como o coreto (proveniente do exterior), a pérgula, o relógio e na própria manutenção dos canteiros, ornamentação de seus jardins e demais equipamentos urbanos, como os postes de iluminação, também importados da Europa.

No segundo momento, já no recorte temporal analisado, observa-se a ruptura do local de memória, juntamente com a quebra da identificação do local com a sociedade através do projeto de reforma inovador, não aprovado afetivamente pela sociedade local.



O patrimônio cultural que outrora consolidou a identidade da sociedade parnaibana em determinado período deu espaço para novas concepções arquitetônicas que foram apropriadas de maneira diferente, constituindo com o passar dos anos outro local de memória, também constituinte da identidade parnaibana.

O conceito de sustentabilidade urbana não abrange somente as questões ecológicas e de consumo de recursos não renováveis, mas também interfere nas relações sociais humanas uma vez que significam o suporte físico dos indivíduos. (SENGE, 2009). Ao longo dos anos os espaços públicos foram menosprezados pela administração pública. Esse processo resultou numa falta de equidade e na polarização da cidade, gerando um ciclo de degradação social e ambiental, uma fragmentação do passado local, distanciando sociedade de memória e a cidade deve pertencer aos seus usuários. (FURTADO, 2012)

Reduzir o uso de novas terras e promover uma estrutura compacta para a cidade são pontos relevantes na construção de espaços sustentáveis e podem ser alcançados através da utilização, reutilização e revitalização do patrimônio cultural e histórico existente. Não se trata de manter as edificações dentro de uma ordem estática e sim tornar o local um passado contínuo, lugar onde o pretérito ajuda a definir o presente uma vez que os prédios mais antigos nos dão um lugar ou uma ancoragem no tempo. (GOLDBERGER, 2011)

CONCLUSÃO

A partir do exposto, conclui-se que as diversas modificações urbanas e arquitetônicas ocorridas nas décadas de 70 e 80 faziam parte do pensamento moderno de desvinculação com o passado para realização do “novo”. Essas alterações foram feitas com o sentido político de imprimir sua marca em um logradouro importante da cidade, perpetuando os feitos de uma gestão. Foram realizadas também com a intenção de demonstrar a prosperidade econômica da cidade recuperada após uma intensa crise financeira devido ao declínio do comércio, atrelado ao desuso do transporte naval.

A região analisada, inserida no bairro berço da cidade de Parnaíba, possuía a Praça como ponto focal da cidade. Passou por inúmeras intervenções que levaram às descaracterizações e retiradas de itens de valor sentimental e histórico, devendo ter sua história preservada. A memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social.



Considerando a carência de informações sobre o desenvolvimento histórico das cidades do Piauí em sua totalidade, é necessária ampla investigação e documentação do que se refere ao desenvolvimento urbano e arquitetônico de seus centros populacionais antigos. Uma das dificuldades encontradas durante a investigação desse trabalho foram as fontes, muitas vezes imprecisas e não catalogadas de maneira organizada, dificultando o trabalho do historiador. Algumas iniciativas pontuais visam preencher as lacunas da história da arquitetura piauiense, tais como, por exemplo, a publicação da série de cartões postais retratando elementos arquitetônicos históricos do Piauí, entre outros títulos, realizada pelo Grupo de pesquisa Amigos do Patrimônio, além das investigações do programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Entretanto, são necessárias estratégias mais eficazes de divulgação do patrimônio material e imaterial piauiense e táticas mais abrangentes de educação patrimonial.

O resgate da memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social. O potencial turístico inato a centros históricos deve ser desenvolvido de maneira sustentável incorporando a população local e, a partir do estudo do passado, se obtêm subsídios para intervenções eficazes, sustentáveis e historicamente fundamentadas.

O presente trabalho não conclui, nem encerra as discussões sobre a Paisagem Histórica Urbana da Praça de Nossa Senhora da Graça, mas antes, aponta caminhos e abre lacunas que deverão ser preenchidas por novas investigações sobre o patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico do município de Parnaíba.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Editora Ranulpho Torres Raposo, 1932

ARAÚJO, Maria Elita Santos de. *Parnaíba: O espaço e o tempo*. Parnaíba, Piauí. 2002 p.103

BENEVOLO, *Leonardo*. *A cidade e o arquiteto*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1984, p.27

CALDEIRA, 2007

CALDEIRA, Junha Marques. *A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2007



CALVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura, patrimônio. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999 p.180

FREITAS, Ruben. *Centenário do nascimento de Nestor Gomes Veras*. Parnaíba: Editora Júnior Ltda., 1984.

FURTADO, Luciana Martins. (2012) *Porto Submerso: desafios para o patrimônio portuário de Belém-PA no século XXI*. Em *Historia e História*. Disponível em: www.historiaehistoria.com.br Acesso em: 20/03/2012

106

GHIONE, Roberto. *Tempo e Lugar*. Disponível em <http://www.caupr.org.br/?p=6432> Acesso em 23/06/2013 17:17h

GOLDBERGER, Paul (2011). *A Relevância da Arquitetura*. São Paulo: BEI Comunicações.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

LEITÃO, Lúcia. (org.) *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria, 2002.

MELO, Neuza Brito de A. L. *O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. Dissertação, Mestrado em História do Brasil: UFPI, 2011.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: A problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip (1997). *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gilli.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1998

SANTANA, , Judith. *Parnaíba*. Parnaíba: COMEM/82 , 1982



SENGE, Peter [et al.] (2009). *A Revolução Decisiva: Como indivíduos e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável*. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.

SENNETT, Richard, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Josenias. *Parnaíba e o Averso da Belle Epoque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. (dissertação de mestrado). Mestrado em História do Brasil, UFPI. Teresina, 2012 p. 113.

SILVA, Maria da Penha Fonte. *Parnaíba, minha terra*. Crônicas. Parnaíba, 1987

SHULZ, Christina. O fenômeno do lugar (1976) In. NESBITT, Kate (Org.) *Uma nova agenda para arquitetura*. São Paulo: Cosac Naily, 2006.